

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUC Viva

5/9/2016

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

1000

CONSUN APROVA DIRETRIZES SOBRE ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E DISCRIMINAÇÃO

Na sessão ordinária de agosto o Conselho Universitário (Consun) aprovou por unanimidade o documento “Diretrizes sobre assédio moral, sexual, discriminação e desigualdade”, adotando-o como diretriz para as futuras ações da universidade em relação a problemas de gênero e igualdade.

O documento foi elaborado pelo grupo de pesquisa Direito, discriminação de gênero e desigualdade da Faculdade de Direito. O texto já havia sido aprovado como diretriz da própria Faculdade de Direito e agora, o secretário-executivo da Fundação São Paulo, padre Rodolpho Perazzolo, na condição de presidente da comissão de propostas para a segurança, discriminação e assédio na PUC-SP, solicitou que ele fosse adotado pela universidade como uma diretriz geral.

O texto mereceu vários elogios dos conselheiros, por representar uma tomada de posição da universidade em relação aos problemas de segurança interna e externa que hoje são vivenciadas. Porém, foram levantadas algumas críticas à eficácia pura e simples

da adoção do texto. A representante discente da Faculdade de Direito, Lorena Mello, lembrou que mesmo depois de incorporado às diretrizes da faculdade continuaram a ocorrer em sala de aula situações constrangedoras de assédio moral por parte de docentes e estudantes. Também foi mencionado pelo conselheiro administrativo Nalcir Antonio Ferreira que as situações vexatórias dos terceirizados, também constituem um grande assédio moral.

A conselheira Madalena Peixoto, da Faculdade de Educação, entendeu, porém, que o campo trabalhista deve ser separado das reivindicações de ordem moral. Outra preocupação é que a Comissão de Segurança não limite seus trabalhos unicamente à aprovação do documento, mas apresente resultados concretos sobre providências com relação à segurança e aos diferentes tipos de assédio.

COMISSÃO SOBRE OS DEPARTAMENTOS

Outro encaminhamento aprovado foi o prosseguimento dos trabalhos da co-

missão que estuda a reformulação dos departamentos. Em princípio o professor Francisco Serralvo, presidente da Comissão esclareceu que todos os membros que compõem a comissão deverão continuar em seus cargos nas próximas etapas. O professor apresentou as tarefas que a comissão deverá cumprir até 2017, no sentido de promover uma reformulação nas funções do departamento, tal qual foi definido pelo relatório final apresentado ao Consun. Houve discordância, porém, quanto ao cronograma das tarefas, uma vez que vários conselheiros levantaram para a necessidade de que, antes de concluído o relatório final, o texto venha a ser discutido no Consun. O professor Serralvo encaminhou então para a elaboração de um novo cronograma que será apresentado na próxima sessão do conselho.

Outro tema levantado pelos alunos foi a melhor divulgação das reuniões do Conselho de Administração (Consad). A reitoria esclareceu que existe um cronograma das reuniões (das quais 50%

são dedicadas a temas administrativos, portanto não abertas à comunidade). Esse cronograma porém sofre constantes alterações, razão pela qual não tem uma divulgação pela reitoria. Os conselheiros encaminharam então para que tanto as datas de realização como a pauta da reunião sejam divulgadas com antecedência e que eventuais alterações sejam também comunicadas.

REPASSE

Os representantes discentes da Faculdade de Ciências Sociais encaminharam a reivindicação de que as mensalidades que os estudantes pagam aos CAs sejam descontadas no boleto de mensalidade da universidade.

A professora Anna Cintra informou que este é um assunto que depende da aprovação da Fundasp e que será encaminhado para os secretários-executivos. Mas lembrou que o tema também foi alvo de questionamentos do Ministério Público, razão pela qual a prática foi suspensa.

FORA TEMER!

ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !

PELA ORGANIZAÇÃO AUTÔNOMA DOS TRABALHADORES!

CONTRA O AJUSTE FISCAL E DESTRUIÇÃO DE DIREITOS!

PREPARAR A GREVE GERAL!

FUNCIONÁRIO

Fortaleça sua entidade!

**Associe-se
à AFAPUC**

1000



Foram 1000 edições regulares desde agosto de 1993 até hoje. O jornal **PUCviva**, da APROPUC e AFAPUC é, de longe, o veículo mais longo da universidade. A história da publicação começa em 1992 quando a Fundação São Paulo iniciou a sua primeira intervenção na universidade. Professores, funcionários e estudantes se mobilizaram e decretaram aquela que foi a maior greve da universidade. Em oposição àqueles que diziam que a greve seria a última da PUC-SP, em razão de sua duração e força, as associações e Centros Acadêmicos afirmavam que a mobilização tornaria mais do que nunca a PUC viva.



Terminada a greve com a vitória da comunidade, APROPUC, AFAPUC e estudantes resolvem, em agosto de 1993, criar uma publicação regular, de caráter comunitário, na defesa de uma PUC-SP grande, democrática e de qualidade.

Daí para frente o jornal constituiu-se em um dos principais instrumentos na luta por melhores condições de ensino e de trabalho que fizeram da universidade uma referência nacional em educação, procurando ser um porta-voz das reivindicações da comunidade através de suas páginas sempre abertas, denunciando os ataques à democracia puquiã.

Foi assim em 2012 quando protestamos contra a escolha da última colocada nas eleições para a reitoria, quando Dom Odilo não aceitou a vontade da comunidade que queria o professor Dirceu de Mello; em 2007 quando não nos calamos frente à in-

vasão policial da PUC-SP autorizada pela direção da universidade; em 2006 quando a Fundasp e a reitoria demitiram perto de mil trabalhadores em um absurdo golpe contra aqueles que construíram esta universidade. Semanalmente refletimos as lutas de professores, estudantes e funcionários, contra a malfadada maximização, o represamento das carreiras docentes e administrativas, o arrocho salarial implementado por tabelas diferenciadas, o aumento abusivo das mensalidades.

Mas o jornal procura ir um pouco mais além dos muros da universidade, como participantes ativos das lutas do povo brasileiro noticiamos semanalmente os desdobramentos dos movimentos sociais no Brasil e no exterior.

Antes de tudo somos o jornal de duas entidades que têm história: APROPUC e AFAPUC deixaram seus nomes indelevelmente gravados na história do sindicalismo brasileiro, através de suas conquistas pioneiras que procuramos divulgar e preservar.

Por tudo isso reiteramos nosso convite para que professores, funcionários e estudantes continuem construindo junto conosco este espaço de luta e reflexão, compartilhando em nossas páginas ou em nossa edição online seus anseios, vitórias e questionamentos, pois só assim construiremos uma universidade autônoma e democrática como aquela que esteve presente na gênese desse projeto e estará cotidianamente nas mentes e corações desta comunidade.



PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Andressa Vilela, Marina D'Aquino

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Jason Tadeu Borba e Victória C. Weischtordt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

GAUCHE NA VIDA

Sobre o impeachment de Dilma Rousseff

Valério Arcary

Hoje é um dia triste.

Faz até um bonito sol de inverno em São Paulo, mas é um dia triste.

Escrevo estas linhas rápidas ouvindo uns passarinhos cantar ao final de uma tarde muito agradável. Mas a amargura está no ar.

Daqui a pouco milhões de pessoas estarão saindo dos empregos, ou indo para as aulas, ou ainda ocupados com seus afazeres, mais ou menos indiferentes ao que se passa em Brasília.

Mas para aqueles entre nós que abraçamos aquela esperança de que o Brasil ainda pode ser uma nação menos injusta e desigual, hoje é um dia triste.

A queda de Collor, em 1992, foi o contrário da queda de Dilma.

Sabemos todos que tudo já foi decidido há meses atrás.

Uma maioria das camadas médias foi às ruas liderada pelo que há de mais reacionário, obscurantista, demagógico no Brasil.

As sessões no Senado, uma instituição, especialmente, desprezível, são somente uma formalidade.

Não tenho qualquer nostal-

gia, evidentemente, do que foram os governos liderados pelo PT.

Não tenho tampouco qualquer simpatia política por Dilma Rousseff. Ou por Lula e a direção do PT. Mas a sessão no Senado é uma farsa política, uma fraude teatral, ou uma impostura jurídica para tentar oferecer um simulacro de legitimidade a uma operação reacionária e manobra parlamentar que conta com o apoio da classe dominante para levar Michel Temer ao poder.

Dilma Rousseff teve, pelo menos, a valentia de comparecer.

Mas não compreendeu porque foi derrotada e, portanto, não fez qualquer avaliação autocrítica. Não teve a coragem política de explicar para milhões de trabalhadores e jovens que nela confiaram que foi um erro a transferência do poder que ganhou nas urnas para Joaquim Levy.

Dilma não caiu porque desrespeitou a Lei de responsabilidade fiscal. Ao contrário, caiu porque deu poderes a Levy para a fazer cumprir implementando um pacote de ajuste orçamentário que mergulhou o Brasil em recessão profunda.

Tudo é tão dramático e de-

bochado que até senadores que foram ministros do governo Dilma votaram a favor da queda do governo que fizeram parte.

A experiência do PT no governo, o sonho da geração que esteve à frente das grandes lutas nos anos oitenta, terminou de uma forma trágica: os tesoureiros do PT e Zé Dirceu na cadeia, Lula indiciado por suspeita de corrupção e Dilma defenestrada.

Claro que há razões para termos esperanças.

Milhões de jovens romperam com o projeto do PT e procuram uma nova referência política. Eles são mais instruídos do que os pais, chegaram à vida adulta em um momento em que o capitalismo brasileiro mergulha a nação em recessão profunda, desconfiam de que suas vidas serão mais difíceis que as da geração anterior, e aprenderam a ser críticos de lideranças que aparecem somente quando há eleições para fazer promessas e pedir votos.

Há esperanças porque há uma reorganização na esquerda socialista que pode resultar em novos instrumentos de luta, novas ferramentas de organização

sindical, social e política.

Mas é triste assistir ao espetáculo deste regime institucional podre.

Já tinha sido um show de horrores patético, abjeto e repugnante na Câmara de Deputados há meses atrás.

A classe dominante comemora a iminente posse definitiva de Temer. Celebram a destruição que o desemprego está realizando como uma obra restauradora da eficiência do mercado que reduz a baixa "produtividade".

Festejam a redução de custos, a queda do salário médio, a promessa de pacotes de privatizações, o anúncio das reformas trabalhista e previdenciária.

Em silêncio, muitos milhares, dezenas de milhares, talvez, centenas de milhares hoje vão ranger os dentes.

Não seremos ouvidos. Hoje é um dia triste.

Mas o ódio está crescendo.

Eles que não se enganem. O ódio está crescendo.

Valério Arcary é historiador marxista e militante do MAIS - Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista

APROPUC sedia debates sobre desaparecidos políticos no Brasil

Nos dias 30 e 31/8, a APROPUC sediou o 2º Encontro Memória Viva, que abordou a questão dos desaparecimentos políticos produzidos pela ditadura militar no Brasil.

Na terça-feira, 30/8, o encontro contou com uma análise histórico-jurídica da "Operação Radar" pelos advogados Fabiana Borin, Thiago José Silva de Campos, Felipe Ramos Musetti e Rodolfo Costa Machado. O debate girou em torno das questões jurídicas que envolvem o papel do Estado nos desaparecimentos e da necessidade da criação de uma cultura de memória, verdade e justiça no Brasil, algo que ainda não

foi consolidado no país.

Familiares presentes também se manifestaram contra a cegueira que o Estado brasileiro insiste em manter acerca dos desaparecimentos produzidos pelo regime militar, apesar do país ser condenado em cortes internacionais sobre os crimes que aconteceram durante a ditadura.

Em seguida, houve exibição e conversa sobre filmes que tratam de desaparecimentos políticos sob a ótica de militantes que lutaram contra a ditadura.

No dia 31/8, a noite contou com exibição de diversos outros filmes, como "Lua Nova do Pinar" (vida e militância de Hiram Pereira, direção de Leila Jinkings e Sidnei Pires).



No primeiro dia, a mesa composta por Rodolfo Costa, Felipe Musetti, Thiago Campos e Fabiana Borin. No segundo dia, a platéia assiste a exibição de documentários

O evento foi um momento para debater a falta de medidas jurídicas, por parte do Estado brasileiro, que possam trazer reparação às famílias que sofreram com desaparecimentos na épo-

ca da ditadura. Também representou um momento de resistência, sabendo que ainda será necessário percorrer um longo caminho de luta para que alguma justiça seja alcançada.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Federal do Maranhão protesta contra polícia no campus

Em um momento em que a ação das diversas polícias militares tem sido questionada em todo país pelo alto grau de violência empregado na repressão a movimentos sociais e populações pobres, a reitoria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) assina um convênio com a Secretaria de Segurança do Estado que delega à Polícia Militar do Estado a responsabilidade pela segurança da universidade.

Na semana passada presenciamos cenas de violência explícita das polícias de vários estados contra aqueles que protestavam contra o golpe da direita (veja matéria na página 5 desta edição).

Neste segundo semestre toda sexta-feira a PUC-SP é cercada por dezenas de carros e motos da Polícia que obrigam os bares a fecharem mais cedo e impedem o trabalho dos ambulantes.

O despreparo e truculência do aparato militar é evidente. Nesse instante em que a PUC-SP discute a sua segurança é fundamental não se ter ilusões que um aparato repressor que se presta fundamentalmente a defender os privilégios da classe dominante atue de forma democrática.

Ao lado transcrevemos a íntegra do manifesto dos professores e funcionários da Universidade Federal do Maranhão que contou com o apoio de várias entidades e movimentos sociais de todo país.

Por uma política de segurança comunitária construída democraticamente

E diga sim.../ A quem nos quer acolher

Mas se for pra nos prender Diga não... Ninguém vai ser torturado

Com vontade de lutar
César Teixeira

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino de Castro e Costa, e Magnífica Reitora da Universidade do Maranhão, Profa. Dra. Nair Portela,

Em 8/8, a comunidade da UFMA foi informada da assinatura de convênio com a Secretaria de Segurança Pública, por meio do qual se delega à polícia militar a responsabilidade pela segurança desta universidade. A assinatura deste convênio foi marcada pela ausência de debate amplo e democrático, pela aprovação no Conselho Universitário sem o pleno conhecimento do conteúdo pelos conselheiros e pela compreensão de segurança restrita, nesta universidade, à ação da polícia militar e à proibição de festas, de manifestações e carro de som.

Alertamos para a grave superficialidade desta concepção. Ela carrega o pressuposto de que, em primeiro lugar, a violência da qual têm sido vítimas de assaltos dentro e fora do campus os estudantes da UFMA, origina-se das atividades culturais promovidas pela juventude; em segundo lugar, de que a solução para o problema de segurança no campus requer isolar a UFMA da população que vive em seu entorno.

Em diversos estudos, a polícia brasileira, seja civil ou

militar, é considerada a mais violenta do mundo, reprimindo principalmente os segmentos mais fragilizados da população, como os negros e pobres. Age com extrema truculência contra manifestações sociais, espetáculos artísticos ou eventos da juventude considerados como "inimigos do Estado". Não está, de forma alguma, voltada para a garantia dos direitos humanos e tampouco acolhe a democracia, não sendo, portanto, adequada para atuar em uma universidade, território do dissenso, do pluralismo, da ousadia.

As ameaças que a estudante de Ciências Sociais, Thayná Rosa, tem sofrido por expressar nas redes sociais críticas, ao convênio com a polícia militar, apontando seus métodos brutais de ação, apenas confirmam nossa preocupação com as consequências desse convênio. Manifestamos nossa solidariedade aos estudantes que recebem ameaças veladas e afirmamos que qualquer dano à integridade física e emocional dos mesmos serão de responsabilidade do governo estadual e da reitoria da UFMA.

A violência que paira sobre as cidades brasileiras e, em particular, sobre esta cidade demonstra que a presença ostensiva da polícia militar não é sinônimo de fim da violência. O Observatório da Violência informa que São Luís é a segunda capital brasileira com maior aumento de registros de homicídios, o qual chegou a 400% na última década. Dados coligidos pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos possibilitam a triste constatação de que, em 2015, "foram mortas pela

polícia 126 pessoas, um aumento de 121% em relação a 2014, com vários casos formalmente denunciados como execuções extralegais" (Ver <https://smdhvida.files.wordpress.com/2015/12/nota-tecnica-smdhmortes-violentas-na-rm-sao-luis>).

O ambiente escolar e universitário possui especificidades e complexidades que não podem ser negligenciadas. São espaços de formação profissional e social da juventude que devem ter como objetivo contribuir para uma concepção de cidadania ancorada no respeito e na garantia aos direitos humanos. A educação não combina com o ambiente de medo e repressão. Em outubro, a UFMA completará 50 anos e, neste meio século, prestou grande contribuição à sociedade maranhense por meio da produção do conhecimento crítico e da inovação cultural. A rebeldia da juventude e o compromisso dos professores e funcionários foram fundamentais na luta contra o autoritarismo da Ditadura Civil Militar. E estiveram na origem de importantes projetos, a exemplo do Comunicarte, cujas festas lançaram nomes importantes que hoje fazem parte do patrimônio cultural do Brasil.

Consideramos que neste momento é importante debatermos ampla e democraticamente uma política de segurança para a UFMA, o que implica construir uma agenda de discussões que envolva governo do estado, os segmentos da universidade e as comunidades

continua na próxima página

continuação da página anterior

que nos cercam. Esta situação de insegurança não é recente e se estende a todos os campi e não apenas ao do Bacanga, e tem muitas origens, entre as quais a falta de políticas públicas que possibilitem aos cidadãos viverem dignamente. No caso específico da UFMA, há décadas que não se realiza concurso para a categoria de vigilante, a segurança patrimonial tem sido feita por empresas ter-

ceirizadas, que recorrem a trabalhadores malformados e a relações de trabalho precarizadas. Não somos a favor da inércia, mas do trabalho bem feito e que não aumente, a pretexto de combatê-las, a violência e a barbárie com que se tratam as mazelas sociais em nosso país. Militarização não rima com segurança universitária. Tanto queremos o trabalho bem feito que exigimos rigorosa e transparente apuração do assassinato do estudante, Kelvin Rodrigues, nas dependências da

UFMA, aliás em local pouco protegido e mal iluminado, bem como a igualmente rigorosa punição dos culpados.

Pelos motivos expostos, somos contrários à presença da política militar na UFMA e consideramos que é de responsabilidade do governo do Estado e da Reitoria construir espaços democráticos de discussão, com ampla participação da comunidade universitária e dos bairros que nos cercam. Por uma política de segurança democrática, transparente, com

controle social e baseada na efetivação de direitos humanos.

MUDE - Movimento UFMA Democrática

**O documento é assinado por dezenas de entidades de todo o Brasil, além da APROPUC, GTP de Movimentos Sociais e Serviço Social da ABEPSS, NEAM-Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamentos marxistas, NEILS-Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais (PUC-SP).*

PM reprime manifestações contra o golpe

No dia 31/8, o país sofreu mais um golpe. Dessa vez, organizado pelas instituições jurídicas e midiáticas, 61 senadores votaram a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), sem que houvesse comprovação crimes de responsabilidade cometidos por ela.

Depois das decisões, o povo reagiu e foi às ruas. Desde a noite de 31/8, organizações, militantes e movimentos sociais ocuparam ruas de todo o país em denúncia ao golpe e protesto pela volta da democracia. E a Polícia Militar reprimiu violentamente diversas dessas manifestações.

Em São Paulo, o ponto de encontro foi a Avenida Paulista. Centenas de manifestantes estiveram em uma das avenidas mais movimentadas da cidade para pedir que Michel Temer (PMDB) saia do poder. Como de costume, a PM reprimiu as manifestações com bombas de

gás e balas de borracha, uma violência desproporcional e sem motivo, que deixou sequelas nos manifestantes e em transeuntes da cidade.

Uma jovem manifestante, Deborah Fabri, foi atingida por um artefato e ficou cega de um

olho. Jornalistas também sofreram com as armas utilizadas, como vem acontecendo desde junho de 2013. Mais uma vez, a corporação comandada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) mostra que tem lado. E esse lado não é o do povo.

Bancários se reúnem e há indicativo de greve

Neste sábado, 3/9, aconteceu em São Paulo o Encontro Nacional das Oposições Bancárias, que pretende articular a mobilização pela campanha salarial da categoria. Até o fechamento desta edição, havia um indicativo de greve para o dia 6/9.

Segundo os bancários, a categoria vem enfrentando demissões, sobretrabalho, reestruturações e, por último, a ameaça de reajuste abaixo da inflação. Além disso, há também o pacote de ajuste fiscal que o presidente golpista Michel Temer (PMDB)

pretende fazer incidir sobre os trabalhadores. "A unificação das greves dos trabalhadores dos correios, de bancários e petroleiros é uma necessidade. Mas se deixarmos na mão da CUT essa união não acontecerá", afirma o sindicato, conforme publicado no site da CSP-Conlutas.

"Agora, as oposições enfrentarão a dupla tarefa de unir forças para lutar contra banqueiros e governo, e também para apresentar uma alternativa às tradicionais direções conciliadoras", acrescenta ainda o texto da categoria.

Funcionalismo público ocupa Brasília

No dia 12/9, segunda-feira, ocorrerá uma Grande Caravana à Brasília, que se estenderá até o dia 14/9 como um grande acampamento.

O evento foi organizado primeiramente pelo funcionalismo público, depois de uma reunião do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais e também contará com a presença de outras categorias que estão neste momento vivendo a situação de campanha salarial.

O objetivo é fortalecer uma jornada de lutas em torno de bandeiras comuns com a perspectiva de construir uma Greve Geral no país.

Nesse momento, os servidores federais se unem aos servidores estaduais, municipais, movimentos populares, sociais e movimento estudantil pelo combate ao PLP 257 e a PEC 241.

O Projeto de Lei 257 sinaliza com medidas para conter custos, que pode significar desde o arrocho salarial dos servidores públicos até a privatização de empresas estatais.

Já a PEC 241 pretende instituir um novo teto para o gasto público, proibindo reajuste salarial, criação de novos cargos ou funções e reestruturação de carreira e realização de concursos públicos.

Debate sobre crise brasileira lota o TUCA

TALITHA ARRUDA



No dia 30/8 aconteceu no TUCA o debate "Visões acerca da crise brasileira", promovido pelo Grupo Reviva e outras entidades estudantis.

O evento reuniu nomes como Luiz Gonzaga Belluzzo, Luiz Fernando Figueiredo, Ladislau Dowbor e Vladimir Teles, sob a coordenação da professora Rosa Maria Marques

ROLA NA RAMPA



TALITHA ARRUDA

Professores da Faficla na homenagem a Fernando Segolin

Faficla homenageia o professor Fernando Segolin

A Faficla realizou, no dia 29/8, uma homenagem ao professor Fernando Segolin, do departamento de Artes, recentemente falecido. Entre os participantes da homenagem estavam os professores, Maria Aparecida Junqueira, coordenadora do programa de Estudos Pós-

Graduados em Literatura e Crítica da PUC-SP; Amálio Pinheiro, professor da Pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUCSP; Márcio Alves Fonseca - diretor da Faficla; Lucrécia D'alello Ferrara, da Faficla e Ernesto Melo e Castro, escritor português, entre outros.

Evento marca o lançamento do livro de Ângela Davis

No dia 21/9, a PUC-SP receberá o lançamento do livro "Mulheres, Raça e Classe" (Boitempo), de Ângela Davis, professora e filósofa estadunidense, reconhecida por ser militante dos direitos das mulheres e contra a discriminação racial e social nos Estados Unidos. O evento irá contar com a presença de Djamilia Ribeiro (secretária adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, responsável pelo prólogo do livro); Devison Faustino (pesquisador de temas que envolvem a população negra); Jaque Conceição (pesquisadora de Davis e militante da defesa de direitos da

mulher e da juventude negra); e Jenifer Tristán (militante feminista do Grupo Pão e Rosas).

A coordenação do evento será da Profa. Dra. Maria Beatriz Abramides (coordenadora do Neam e diretora da APROPUC). A realização do encontro é do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamentos Marxistas, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos e Boitempo Editorial, e conta também com o apoio de diversos núcleos de pesquisa da universidade. O local ainda será confirmado.

Feira de livros no campus Monte Alegre

A Pró-reitoria de Cultura e Relações Comunitárias e o Setor de Atendimento Comunitário (PAC) promovem mais uma edição da Feira de Doação e Troca de Livros - Reciclando sua leitura. A coleta dos exemplares acontece até o dia

15/9, das 10 às 20h, no campus Monte Alegre, sala do PAC - 63G (térreo, prédio novo). Cada pessoa poderá retirar até cinco livros no dia da feira, em 15/9, das 9h30 às 12h e das 18h às 22h, no térreo do prédio novo.

PUC-SP recebe debate sobre gênero, classe, raça e etnia

No dia 13/9, terça-feira, a PUC-SP irá sediar o debate "Gênero, Classe, Raça, Etnia - Perspectiva de luta das mulheres trabalhadoras". O evento contará com a presença da Profa. Dra. Bia Abramides (coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento marxista, membro do GTP de Movimentos Sociais e Serviço Social, autora e organizadora de livros sobre a luta de trabalhadores, militante sindical e diretora da APROPUC); Cláudia Mazzei Nogueira

(professora e pesquisadora da Unifesp-Baixada Santista, autora de vários livros sobre a luta feminista e o mundo do trabalho); Diana Assunção (militante feminista e sindicalista); Renata Gonçalves (professora e pesquisadora da Unifesp-Baixada Santista, estudiosa da obra de Heleieth Saffioti, autora de artigos e livros sobre raça e gênero); e Silvana Araújo (militante da luta das mulheres terceirizadas na USP). O encontro acontece às 19h no auditório 100 ou 100 A.

PUC-SP inicia as atividades da Escola de Línguas



TALITHA ARRUDA

Na mesa do evento as professoras Máxima Maria Freire, Angela Cavenaghi e Walkyria Monte Mór. O debate contou com a fala do professor Jan Blommaert.

Um evento no Tuca deu início às atividades da Escola de Línguas da Faficla. A escola de línguas está estruturada em três núcleos: Ensino de línguas (voltado a quem deseja aprender um idioma para propósitos gerais); certificação (voltado para quem deseja obter

certificação); In Company (orientado ao desenvolvimento de cursos línguas no local de trabalho). As línguas desenvolvidas serão português, inglês, espanhol, francês e alemão. Para mais informações: coord.escolalinguas@pucsp.br; telefone: (11) 3124-9600"

Associados à APROPUC podem pedir revisão da aposentadoria

A APROPUC iniciou um trabalho de revisão de aposentadorias de seus associados. Os professores podem agendar horários com a assessoria jurídica da entidade para que seu caso possa ser melhor estudado. Para isso o professor deverá ter mãos alguns documentos,

cujas relação encontra-se no endereço eletrônico <http://www.apropucsp.org.br/>. Como essa análise será realizada por um perito externo, existe um custo de R\$200,00. Maiores informações podem ser obtidas através do telefone 38722685.